PROCESSO N.º 2936/2016
DISPENSA POR JUSTIFICATIVA N.º 4/2016
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 3/2016
HOMOLOGADO EM 12/01/2016

Objeto: Aquisição de Diesel S10, destinado a Frota Municipal.

Pelo presente instrumento as partes, de um lado, o **MUNICÍPIO DE UBIRATÃ**, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ n.º 76.950.096/0001/10, com sede administrativa a Av. Nilza de Oliveira Pipino, 1852, na cidade de Ubitatã, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal Haroldo Fernandes Duarte, residente e domiciliado nesta Cidade, portador da Cédula de Identidade RG. N.º 1.847.057-8 PR e inscrito no CPF n.º 960.951.728-53, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro, como **CONTRATADA**, a Empresa **B. C. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.**, inscrita no CNPJ n.º 02.779.501/0001-43, estabelecida à Avenida Ascânio Moreira De Carvalho, n.º 629, na cidade de Ubitatã, Estado do Paraná, telefone n.º (44) 3543-1676, celebram em comum acordo o presente contrato, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito público e cláusulas estipuladas a seguir:

COMPOSIÇÃO DO CONTRATO:

LOTE ÚNICO: DIESEL S10					
Item	Quant	Unid	Descrição	V. Unitário (R\$)	V. Total (R\$)
1	10.000	Litros	Diesel S10	2,78	27.800,00

1. EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO

1.1. Local de Abastecimento: Nas dependências da Contratada.

- a) O combustível deverá estar disponibilizado para abastecimento em estabelecimento próprio da Contratada, no perímetro urbano do Município de Ubitatã.
- b) As frotas que utilizam este combustível são compostas por maquinas pesadas, caminhões, ambulâncias e ônibus que abastecem diariamente, desse modo a contratada deve comportar esta demanda sem que haja formação de filas, atrasos ou demais complicações.

1.2. Condições de abastecimento:

- a) O Município enviará através do condutor do veículo a autorização de abastecimento, devidamente assinada pelo responsável da Secretaria solicitante, na qual constará a quantidade de combustível, valores e frota do veículo. Após apresentação, o veículo deverá ser abastecido imediatamente respeitando apenas a ordem natural de abastecimento do estabelecimento, desde que o tempo de espera não seja superior a 05 (cinco) minutos.
- b) No ato do abastecimento de cada veículo, a contratada deverá emitir nota fiscal, a qual fará a identificação do veículo, número de frota, placa, quilometragem, número do processo, anexando-a a respectiva autorização de abastecimento. As notas fiscais que não constarem a autorização não serão pagas.

1.3. Recebimento do combustível: A contratada deverá garantir a qualidade do combustível fornecido, atendendo as normas da Agência Nacional do Petróleo ou outras pertinentes ao caso, sob pena de ter o seu recebimento recusado.

a) Caso haja recusa do combustível fornecido, o mesmo deverá ser substituído de imediato.

1.4. Regime de Entrega e Recebimento: Fracionado, de acordo com as necessidades do Município.

1.5. Fiscal do Contrato: Fabio Augusto Celestino, Telefone (44) 3543-8013.

2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no presente Contrato, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

2.2. Efetuar o abastecimento de acordo com o prazo e local constantes no presente Contrato.

2.3. Garantir a qualidade e procedência do combustível fornecido, responsabilizando-se por danos que ocorram nos veículos causados por combustíveis de má qualidade. Caso seja constatado que o combustível fornecido originou problemas nos veículos, tais como resíduos em bicos injetores e válvulas, perda de potência, aumento de consumo, resíduos sobre velas de ignição, resíduos na câmara de combustão, batida de pino, entre outros, poderá o Município aplicar as penalidades previstas no presente Contrato, além de apresentar denúncia à ANP.

2.4. Realizar, quando solicitado, “teste da proveta”, de acordo com as normas previstas pela Resolução da ANP nº 09 de 2007, perante funcionários designados pelo Município.

2.5. Manter e apresentar quando solicitado, o Boletim de Conformidade, expedido pela distribuidora da qual adquiriu o combustível, referente aos 06 (seis) últimos carregamentos recebidos, de acordo com a Resolução da ANP nº 09 de 2007.

2.6. Manter durante toda a execução do Contrato, a identificação de procedência do combustível nas bombas de abastecimento.

2.7. Arcar com todas as despesas referentes ao abastecimento, sendo que nos preços praticados em sua proposta deverão estar previstos custos referentes à mão de obra, impostos, encargos sociais, transportes, entre outros.

2.8. Responsabilizar-se por danos ocasionados a administração ou a terceiros, causados durante o abastecimento.

2.9. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto.

2.10. Responsabilizar-se pelos serviços prestados, obrigando-se a reparar exclusivamente à sua custa eventuais erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades porventura verificadas na execução dos mesmos, bem como ressarcir o Município por danos e prejuízos decorrentes.

2.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078 de 1990).

2.12. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo, o objeto com avarias ou defeitos.

2.13. Comunicar ao Município, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

2.14. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e apresentá-las no prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis quando solicitada pelo Município.

2.15. Indicar preposto para representá-la durante a execução do Contrato.

2.16. Não utilizar de quaisquer tipos de propaganda visual em benefício de candidato, partido político ou coligação, em veículos ou por funcionários empregados durante a execução dos serviços contratados, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei Eleitoral 9.504/1997, multa e cancelamento do Contrato.

2.17. Atender a seguinte legislação: Lei nº 9.478, de 6/8/1997, a Lei do Petróleo; Lei nº 9.847, de 26/10/1999, que dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; Portaria DNC nº 26, de 13/11/1992, que institui o Livro de Movimentação de Combustíveis (LMC); Portaria DNC nº 30, de 6/7/1994, sobre preços nas bombas medidoras; Portaria ANP nº 116, de 5/7/2000, que regulamenta o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, modificada pela Resolução nº 15, de 14/05/2007; Resolução Conama nº 273, de 29/11/2000, que regulamenta o licenciamento prévio para localização e construção de postos; Resolução Conama nº 319, de 4/12/2002, sobre prevenção e controle de poluição em postos de combustíveis e serviços; Resolução ANP nº 9, de 7/3/2007, que estabelece regras para o controle da qualidade do combustível automotivo líquido; Resolução ANP nº 33, de 14/11/2008, que estabelece alterações e inclusões de incisos da Portaria ANP nº 116, de 5/7/2000.

3. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

3.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Contrato.

3.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no presente Contrato. e na proposta, para fins de aceitação e recebimento em definitivo.

3.3. Comunicar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado e corrigido.

3.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.

3.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente Contrato.

3.6. Avaliar pedidos de revisão de preços no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. O valor do presente contrato é de R\$- 27.800,00 (vinte e sete mil e oitocentos reais), o qual inclui todas as despesas necessárias para a execução total do objeto licitado.

4.2. Para o atendimento das despesas provenientes deste processo, é indicada a seguinte dotação orçamentária:

Despesa Orçamentária	Fonte de Recurso	Desc. da Despesa	Valor R\$
364		Diesel	27.800,00

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado em até vinte dias após execução dos serviços executados.

5.2. No corpo da Nota Fiscal, deverá ser informado o número do processo, assim como a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente. A não informação dos itens acima levará à devolução da Nota Fiscal.

5.3. Conforme Instrução Normativa 45/2010, o pagamento de despesas será efetivado pelos meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário, obrigatoriamente nominal ao credor, sendo física ou jurídica, conforme consta na documentação dos processos licitatório.

6. PRAZOS

6.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, com início na data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nas hipóteses legais e forma que alude o artigo 57 e seus parágrafos, da Lei 8.666/93.

7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

7.1. Verificadas falhas, irregularidades na execução do objeto, atrasos ou transgressões às cláusulas contratuais o município de Ubiratã notificará a Contratada, que estará sujeita a aplicação das seguintes sanções:

- 7.1.1. Multa de mora de 1% (um por cento) sobre o valor total contratado por atraso injustificado:
- Na execução do objeto;
 - Na substituição, reparo ou refazimento do objeto, conforme Item 1.3 deste Contrato;
 - No atendimento referente à assistência técnica, garantia ou demais assuntos referentes à execução do Contrato em que for solicitada a presença da Contratada.

7.1.2. A multa de mora será calculada por hora, dia ou evento, de acordo com a situação e/ou modo de execução previsto no Termo de Referência do Edital;

7.1.3. A recorrência dos eventos citados no Item 7.1.1 acarretará na duplicação do percentual pré-estabelecido. A tripla ocorrência da penalidade acarretará na rescisão unilateral do Contrato por culpa exclusiva da Contratada.

7.1.4. Multa penal de 3% (três por cento) sobre o valor total do Contrato quando por ação, omissão ou negligência, a contratada infringir qualquer das demais obrigações;

7.1.5. A inexecução parcial ou total da contratação acarretará em multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total não executado e na rescisão unilateral do Contrato por culpa exclusiva da Contratada, a critério do Município.

7.2. Ocorrendo a rescisão por culpa da contratada, sem prejuízo da multa prevista neste Termo e concomitante com esta, a Contratada poderá ficar impedida de contratar com a Administração Pública através de suspensão temporária pelo prazo de até 02 (dois) anos, podendo ser igualmente sancionada com a Declaração de Inidoneidade.

7.3. As multas serão independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

7.4. A contratada deverá efetuar o pagamento do valor correspondente à multa no prazo e forma estipulados, podendo ainda ser descontado de pagamentos a que a Contratada tenha direito. Não havendo o pagamento, o valor devido será inscrito em dívida ativa para futura execução fiscal.

7.5. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

8. RESCISÃO

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido, livre de qualquer ônus, nos seguintes casos:

- a) Por dolo, culpa, simulação ou fraude na sua execução;
- b) Quando pela reiteração de impugnações efetuadas pelo Município, ficar evidenciado a incapacidade da Contratada de executar o contrato ou dar continuidade ao mesmo;
- c) Nos casos previstos no *Item 09* do presente Contrato;
- d) Nos casos previstos nos Arts. 78, 79 e 80 da Lei nº8.666/93;
- e) Falta de dotação orçamentária e/ou recursos disponíveis por parte do Município;
- f) Cessão ou subcontratação não permitida ou acima dos limites legais.

8.2. Caso ocorra uma rescisão, fica a parte provocadora obrigada a comunicar a outra com trinta dias de antecedência.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. À Contratada é vedado transferir para terceiros, total ou parcialmente os direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sob pena de rescisão.

10. CASOS OMISSOS

10.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

11. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

11.1. A contratada deve observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propostos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objeto de influenciar ação de serviço público no processo de licitação ou na execução de contrato.
- b) Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato.
- c) Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais contratadas, com ou sem o conhecimento de representantes o prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.
- d) Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) Prática obstrutiva:
 - Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no item III, desta Cláusula;
 - Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

11.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financeiros pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financeiro pelo organismo.

11.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a contratada vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitira que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

12. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se Ihe supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de direito público.

13. FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Ubitatã, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ubitatã - Paraná, 12 de Janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE UBIRATÃ

Prefeito
Contratante

B C COMERCIO DE COMBUSTIVEIS

Representante legal da empresa
Contratada

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF: